

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.060 - SP (2019/0249321-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
ADVOGADOS : BRUNO HENRIQUE GONÇALVES - SP131351
PAULO GUILHERME DARIO AZEVEDO - SP253418
AGRAVANTE : ARMANDO DA SILVA AFONSO
ADVOGADO : LUIZ ROBERTO MENDES PENTEADO - SP037030
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude da incidência da Súmula n. 7/STJ (e-STJ fls. 669/670).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 516):

ILEGITIMIDADE PASSIVA 'AD CAUSAM' - Inocorrência Banco-réu que assumiu o patrimônio do então Banco Pontual Leasing S/A, com aquisição do ativo e passivo da Instituição Financeira - Sucessão empresarial - Caracterização - Preliminar afastada.

ARRENDAMENTO MERCANTIAL (LEASING) - Ação de indenização por danos morais e materiais - Quitação do débito pelo arrendatário no ano de 2007 - Banco-réu que não deu baixa na alienação nem entregou o DUT, que o autor obteve apenas mediante alvará judicial, expedido em 2013 - Danos materiais correspondentes à depreciação que o veículo sofreu no período, de acordo com a Tabela Fipe - Correção - Dano moral que também restou caracterizado - Negligência quanto à regularização da situação do veículo, que permaneceu com o gravame vários anos após a quitação do financiamento - Autor que sofreu alteração de seu estado psíquico em razão da impossibilidade de dispor livremente da coisa Indenização devida - Valor fixado em R\$ 10.000,00 - Quantia equânime, que atende ao fim de reparação da acionante e ao caráter pedagógico ao causador do dano, instituição financeira de grande porte - Recursos improvidos, sentença mantida.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 559/564).

No recurso especial (e-STJ fls. 566/575), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, a agravante aponta ofensa aos artigos:

(i) 485, § 3º e VI, do CPC/2015 sustentando não possuir legitimidade para figurar no polo passivo da lide, pois (e-STJ fls. 569/571):

[...] o Banco Pontual Leasing S/A permanece em liquidação extrajudicial, sendo que o Banco Bradesco Financiamentos S/A não adquiriu nenhum passivo ou ativo do Banco Pontual Leasing S/A, de forma que este banco requerido não possui legitimidade para figurar no pólo passivo da presente demanda.

[...]

Assim, a obrigação condenatória, bem como dos supostos danos morais experimentados pelo autor, com efeito, devem ser direcionados ao próprio BANCO PONTUAL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, em liquidação extrajudicial, na pessoa de seu liquidante, sendo aquela instituição financeira parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda proposta e não o Banco Bradesco Financiamentos S/A, ora recorrente.

[...]

Desta forma, verifica-se que a demanda não se mostra viável devido a ausência de uma

das condições da ação, qual seja, a legitimidade passiva de parte, merecendo a ação, pois, ser julgada extinta, sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil/2015, o que ora se requer.

(ii) 373, I, do CPC/2015 alegando que (e-STJ fl. 572):

[..] o recorrido afirma ter efetuado pagamento de R\$ 1.800,00 ao Banco Bradesco Financiamentos S/A sobre valor residual do dólar.

Ora, Excelência, ainda que o pagamento tenha sido efetuado ao Bradesco Financiamentos, o valor foi devidamente repassado ao Banco Pontual, caso contrário não teria sido baixado o gravame, sequer liquidado o contrato.

Nesta feita, em superficial análise já se observa que a improcedência da ação é medida que se impõe, pois responsabilidade alguma possui este recorrente pela situação narrada nos autos.

No mais, o recorrido não carrega aos autos qualquer prova que embase suas alegações. Neste caso, se faz inexorável, ainda, que a apelada demonstre e comprove a existência do fato, vez que o ônus da prova do fato constitutivo do direito, na hipótese a ação ofensiva, cabe a quem alega, no caso a apelada, nos termos do art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil/2015.

Aduziu ainda que (e-STJ fl. 573):

No tocante à condenação deste recorrente ao pagamento, à título de indenização por danos materiais, merece a r. sentença proferida ser modificada.

Isto porque, para que seja devida a reparação de danos, no entanto, deve haver nexo causal entre o ato lesivo, praticado com culpa ou dolo, e o dano efetivamente enfrentado, dano este que deve ser comprovado.

Na ausência destes requisitos não há que se falar em indenização devida, sob pena de estar-se contribuindo para o enriquecimento ilícito daquele que a pleiteia.

[...]

No presente caso, incabível a condenação do ora recorrente ao pagamento de R\$ 58.161,66 à apelada, devendo, portanto, ser reformada integralmente a r. sentença de primeiro grau, o que ora expressamente se requer.

Por fim, argumentou (e-STJ fls. 573/574):

Em relação a condenação desta instituição bancária ao pagamento de danos morais supostamente experimentados pelo recorrido, também merece a r. decisão proferida ser modificada.

[...]

Não houve no caso analisado nenhum fato grave praticado pela recorrente. E não há realmente nos autos qualquer elemento de convicção de que o recorrido tenha se submetido a vexame público, trauma psíquico, enfim a qualquer constrangimento mais grave a justificar a pleiteada indenização por danos morais, sendo certo que o simples sentimento de aborrecimento ou transtorno, é comum e inevitável na vida em sociedade.

Na remota e improvável hipótese de Vossas Excelências entenderem que este recorrente possui culpa pelos fatos narrados nos autos, o que se admite somente para argumentar, requer a modificação da sentença proferida pelo juízo a quo que determinou o pagamento de exorbitantes R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à título de indenização pelos danos morais supostamente experimentados pelo recorrido, entendimento esse divergente do que decidindo a jurisprudência pátria.

No agravo (e-STJ fls. 675/677), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ fls. 755/757).

É o relatório.

Decido.

De início, em relação à alegada ilegitimidade passiva da empresa BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. para responder pela obrigação, bem como dos supostos danos morais e materiais, o Tribunal de origem consignou o seguinte (e-STJ fls 514/516):

Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais decorrente de ausência de baixa de gravame oriundo de contrato de arrendamento mercantil celebrado entre o autor e Banco Pontual Leasing S/ A.

Como há preliminar arguida pelo Banco-réu, passo primeiramente à sua análise.

Não há que se falar em ilegitimidade passiva ad causam.

Com efeito, o Banco Bradesco Financiamentos S/ A é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda, uma vez que é sucessor da Instituição Financeira originária (Banco Pontual Leasing S/ A).

Como bem asseverou a d. magistrada de Primeiro Grau, o Banco Martinelli teve falência decretada em maio/ 2002, razão pela qual deve figurar no polo passivo da lide o seu sucessor, ora requerido. Em 30/ 10/ 1998 o Banco Central autorizou a transferência, mediante Contrato de Cessão de Bens, Direitos e Créditos e de Assunção de Obrigações, de certos e determinados ativos do Banco Pontual S/ A e de sua controlada Pontual Leasing S/ A Arrendamento Mercantil, que estavam responsáveis pelo Banco Martinelli, para o Continental Banco S/ A, cuja denominação foi alterada para Banco Finasa S/ A e, por instrumento Particular de Venda e Compra de Ações, a simultânea transferência do controle acionário do Continental para o Banco de Crédito Nacional S/ A, instituição pertencente ao conglomerado Bradesco.

A sucessão empresarial implica na transferência dos ativos e passivos da instituição sucedida para a adquirente, abrangidos nesta transação os depósitos à vista e a prazo.

Tanto é assim que o autor efetuou o pagamento de R\$ 1.800,00, referente ao saldo residual do contrato, ao Banco Bradesco Financiamentos S/ A (fls. 105/ 106).

Como visto, o acórdão recorrido manteve a instituição financeira no polo passivo da ação, concluindo que esta é sucessora da credora originária (Banco Pontual Leasing S.A.).

Dessa forma, concluir em sentido contrário implicaria revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em sede de recurso especial, ante o disposto na Súmula n. 7/STJ. Sobre o tema:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. EXECUÇÃO FISCAL. SUCESSÃO DE EMPRESAS. REVISÃO DAS PREMISSAS DO ACÓRDÃO. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7/STJ.

1. Verifica-se que o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaesão trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. Hipótese em que a Corte local, com base no contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela existência de sucessão empresarial a justificar a inclusão da empresa embargante no polo passivo da execução fiscal.

3. É inviável, portanto, analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido. Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e nessa parte não provido.

(REsp 1.667.788/RJ, Rei. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/5/2017, DJe 20/6/2017.)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. EMBARGOS DO DEVEDOR. LEGITIMIDADE PASSIVA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

2. No caso concreto, o Tribunal de origem, a partir do exame dos elementos de prova, concluiu pela legitimidade passiva da empresa agravante e pela existência de má-fé processual.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 323.330/RS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 7/11/2017, DJe de 13/11/2017.)

Sobre a comprovação do dano material, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia nos seguintes termos (e-STJ fls. 519/520):

Superada essa questão, depreende-se das provas dos autos que o autor adquiriu em 14.04.1998, por meio de contrato de arrendamento mercantil (leasing) firmado com o Banco Pontual Leasing S/ A, o veículo importado de marca Daewoo, modelo Lanos SX, placa CMF-1516 (fl. 110), pelo preço de R\$ 28.859,00.

No entanto, após a aquisição do automóvel e quitação do preço, foi declarada a falência do Banco Pontual, sem que fosse concluída a baixa no gravame, ocorrida apenas em 27.06.2013 por meio de alvará judicial (fls. 113).

O autor comprovou ter realizado o pagamento do saldo remanescente em 26.06.2006 (fl. 112), requerendo a baixa na alienação e expedição do DUT, restando incontroverso nos autos o cumprimento, pelo autor, de sua obrigação de pagamento, sem que pudesse efetivar sua transferência porquanto pendente gravame incidente em relação ao bem.

Ora, cumpria ao banco réu a regularização da documentação do automóvel, mas este manteve-se inerte por mais de 07 anos, deixando, injustificadamente, de entregar ao adquirente o documento de quitação do veículo e de providenciar a baixa do gravame e da restrição, o que não se pode admitir.

Assim, diante da negligência do réu quanto à regularização da situação do veículo, os quais restaram devidamente evidenciados.

Dessa forma, concluir em sentido contrário implicaria revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em sede de recurso especial, ante o disposto na Súmula n. 7/STJ. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. OFENSA A RESOLUÇÕES. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL OU DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SÚMULA N. 284-STF. REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E PROVAS. SÚMULAS N. 5 E N. 7-STJ. CONTRATO DE LEASING. PAGAMENTO ANTECIPADO DO VRG. SÚMULA N. 293-STJ.

1. A via especial não comporta a análise de resoluções, portarias, circulares e demais atos normativos de hierarquia inferior à do Decreto, que não se inserem no conceito de lei federal.

2. A ausência de indicação da ofensa à legislação federal ou de dissídio jurisprudencial atrai a incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF.

3. A conclusão da Corte de origem obtida através da interpretação da matéria fática e contratual encartada nos autos não pode ser reexaminada neste Tribunal, por força do veto dos enunciados n. 5 e n. 7 da Súmula do STJ.

4. A teor do enunciado n. 293 da Súmula do STJ, o pagamento antecipado do VRG não descaracteriza o arrendamento mercantil para compra e venda a prestações.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1.235.133/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA

TURMA, julgado em 28/4/2015, DJe 5/5/2015.)

Quanto à pretensão recursal de redução da verba indenizatória, a recorrente não indica qual dispositivo de lei federal teria sido violado, o que caracteriza deficiência na fundamentação recursal, a teor da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO ARTIGO VIOLADO. SÚMULA Nº 284 DO STF. DESPESAS REALIZADAS EM HOSPITAL NÃO CREDENCIADO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige, além da demonstração analítica do dissídio jurisprudencial, a indicação dos dispositivos supostamente violados ou objeto de interpretação divergente. Súmula 284 do STF.

[...]

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.024.730/PB, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe 21/8/2017.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DIVIDENDOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA NORMA SUPOSTAMENTE VIOLADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. IMPUGNAÇÃO. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. CRITÉRIO ESTABELECIDO NO TÍTULO EXECUTIVO TRANSITADO EM JULGADO. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. FATOR DE INCORPORAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. INTIMAÇÃO DO DEVEDOR, POR MEIO DE SEU ADVOGADO, PARA CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a não individualização e indicação do dispositivo supostamente violado não enseja a abertura da via especial, aplicando-se, por analogia, a Súmula 284 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

2. Transitada em julgado a decisão condenatória, não é mais possível a alteração dos critérios de conversão das ações a serem indenizadas, sob pena de ofensa ao instituto da coisa julgada. Precedentes.

3. Não enseja interposição de recurso especial matéria que não tenha sido ventilada no v. aresto atacado e sobre a qual, embora tenham sido opostos os embargos declaratórios competentes, o órgão julgador não se pronunciou e a parte interessada não alegou ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil. Incidência da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

4. A Corte Especial, a partir do julgamento do REsp 940.274/MS, em que foi Relator para acórdão o eminente Ministro João Otávio de Noronha (DJe de 31.5.2010), firmou orientação de que, para fins de incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC, é dispensável a intimação pessoal do devedor para pagamento espontâneo do débito, bastando sua intimação por intermédio de seu advogado.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 521.293/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/5/2015, DJe 11/6/2015.)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator